

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: Ministros poderão pagar própria emenda](#)..... 2

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Ministros poderão pagar própria emenda.....	2
Título: Operação tira atraso	3

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Política****Autor: Isadora Peron / BRASÍLIA****Título: Ministros poderão pagar própria emenda**

Titulares do Turismo, Cidades e Meio Ambiente apresentaram propostas que devem ser executadas pelas pastas que comandam

Oito ministros que reassumiram os seus mandatos na Câmara dos Deputados para votar na segunda denúncia contra Michel Temer, na quarta-feira passada, apresentaram emendas parlamentares para destinar recursos aos seus respectivos redutos eleitorais. Levantamento feito pelo Estado mostrou que três deles encaminharam emendas vinculadas às pastas que comandam: Marx Beltrão (Turismo), Bruno Araújo (Cidades) e Sarney filho (Meio Ambiente). Na prática, essas emendas, que juntas somam R\$ 12,3 milhões, poderão ser liberadas pelos próprios ministros. Na avaliação de técnicos da Comissão Mista do Orçamento de Congresso, o fato de o ministro ter indicado emenda vinculada à pasta que comanda facilita o processo de fazer com que o dinheiro chegue ao destino final com mais celeridade.

Deputado pelo PMDB de Alagoas, Beltrão apresentou cinco emendas para “apoio a projetos de infraestrutura turística” em várias cidades, totalizando R\$ 6,4 milhões. Dois dos municípios que podem ser beneficiados são administrados por tios do ministro: Piaçabuçu e Feliz Deserto. Em nota, a assessoria do ministro negou conflito de interesse. “O Ministério do Turismo entende que não há conflito de interesse na indicação de qualquer emenda parlamentar para Estados ou municípios inquestionavelmente turísticos como é o caso de Alagoas”, afirmou. Já Bruno Araújo, do PSDB de Pernambuco, destinou uma emenda de R\$ 5,8 milhões para “apoio à política nacional de desenvolvimento urbano”. Neste ano, o ministro tucano já empenhou R\$ 5 milhões de emendas próprias com verba do Ministério das Cidades.

A assessoria da pasta afirmou que “não há conflito de interesses quando todas as emendas são obrigatórias por determinação constitucional”. “A emenda será empenhada independentemente se o titular for ministro ou não. O tratamento é equânime para qualquer parlamentar.” ‘Copa Verde’. No caso de Sarney filho, do PV do Maranhão, foi uma emenda de R\$ 100 mil para apoio a “ações de educação ambiental voltadas para a realização da Copa Verde”, um campeonato de futebol que reúne times do Norte e do Centro- Oeste do País. A assessoria do Ministério do Meio Ambiente disse que essa era questão relativa ao mandato parlamentar do ministro e não se manifestou. Titular da pasta responsável pela liberação de emendas, o ministro da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy

(PSDBBA), também apresentou suas emendas quando retornou à Câmara, a maioria delas direcionada a Salvador, onde já foi prefeito.

“As emendas protocoladas seguem a determinação legal de que 50% dos recursos sejam destinados à saúde e o restante reflete as demandas apresentadas pelos municípios”, disse a Secretaria de Governo. Outros quatro ministros que também se licenciaram dos cargos apresentaram emendas – Mendonça filho (Educação), **fernando coelho filho (Minas e Energia)**, Ronaldo Nogueira (Trabalho) e Maurício Quintella (Transportes) –, mas as propostas não tinham ligação com as pastas que comandam. Redutos. O prazo para a apresentação das propostas terminou no dia 20 deste mês. As emendas são as principais ferramentas para que deputados e senadores possam indicar benfeitorias. Em ano de eleição, esse dinheiro é essencial para mostrarem serviço em suas bases e garantirem retorno nas urnas. De acordo com o Orçamento que está em discussão no Congresso, cada parlamentar terá direito a R\$ 14,8 milhões em emendas em 2018. Uma vez propostas, elas passam por uma avaliação de um comitê do Congresso. Após a liberação da verba, o órgão responsável recebe aval para a execução.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: colunas

Autor: Celso Ming

Título: Operação tira atraso

O sucesso do leilão de áreas do pré-sal realizado sexta-feira, no Rio, não é o principal gol a comemorar. Mais importante é o fato de que o Brasil deixou para trás desastroso período de equívocos na sua política do petróleo. Ainda há focos de resistência à aceleração do desenvolvimento dos campos de petróleo no Brasil, como se viu pelos recursos impetrados na Justiça contra os leilões por parte de agrupamentos corporativistas e de outros que se dizem nacionalistas. O atraso de pelo menos cinco anos na exploração e desenvolvimento do pré-sal deveu-se a vários fatores. Primeiramente, à ação de governos anteriores que pilharam a Petrobrás e lhe retiraram capacidade financeira e operacional. Em segundo lugar, à ideia de jerico de que era preciso esperar pela recuperação dos preços internacionais do petróleo antes de leiloar novas áreas, como se os atuais níveis de cotação fossem temporários.

E, em terceiro, a outra bobagem de que o mais importante era manter afastado o setor privado do que se considera o filé mignon do setor. Essa miopia já saiu caro demais para o Brasil. E para avaliação dos estragos há todo tipo de cálculo. O que importa mesmo considerar é que o crescimento da produção do petróleo e gás foi retardado e a indústria de fornecedores de equipamentos e serviços perdeu enormes encomendas. Dezenas de milhares de empregos ou não foram

abertos ou, simplesmente, foram sumariamente fechados, como qualquer visitante do polo de Macaé pode conferir. O Brasil perdeu bilhões em arrecadação não realizada de impostos. Só o Estado do Rio de Janeiro deve ter perdido R\$ 3 bilhões em receitas com royalties, em quatro anos. Toda essa tacanhice foi exercida em nome da aversão à concessão da exploração a empresas privadas ou estatais estrangeiras. O que essa gente não entendeu ainda é que a era do petróleo está acabando. A participação dos combustíveis fósseis na matriz energética mundial está em acentuado declínio.

A principal opção na Europa e na China, apenas para ficar com dois grandes polos de produção e consumo, passou a ser a produção de energia a partir de fontes renováveis, como a eólica e a solar. A indústria automobilística começa a eliminar os motores a combustão e, nos próximos dez anos, deverá ter avançado muito nessa direção. A própria Arábia Saudita, o maior exportador global de petróleo, acaba de tomar a decisão de colocar em marcha o Plano Vision 2030, que aponta para uma economia além do petróleo. Há dois meses, o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, advertia que, a partir de 2040, o consumo mundial de petróleo estará em declínio inexorável. A partir do início dos investimentos, um campo de petróleo precisa de sete a oito anos para começar a produzir. E deve continuar ativo por mais trinta. Ou seja, deixar de aproveitar já, ou enquanto ainda houver tempo, essas riquezas implica perder oportunidades históricas, perder PIB e emprego e correr enorme risco de chegarmos ao fim da era do petróleo com uma imensidão de ex-futuras riquezas enterradas no subsolo. A idade da pedra não acabou por falta de pedra; assim, também, será com o petróleo – advertia na década de 70 o ministro de Petróleo da Arábia Saudita, Ahmed Zaki Yamani.

Entenda

» Concessão ou partilha Há três regimes de exploração de petróleo: concessão, partilha e cessão onerosa. No regime de concessão, o interessado paga pela obtenção do direito de produzir e depois fica com o produto – e com o risco. No regime de partilha, primeiramente são deduzidos todos os custos de exploração e desenvolvimento e, depois, feita a repartição do produto conforme o contrato. O regime de cessão onerosa vale apenas para o último aumento de capital da Petrobrás, quando o Tesouro subscreveu sua parte com petróleo a ser obtido pela Petrobrás em áreas previamente definidas. Tanto o regime de concessão quanto o de partilha são mundialmente consagrados. Mas o de partilha traz dois problemas. O primeiro é o de que o Tesouro deixa de receber imediatamente grande volume de recursos em prêmios. O segundo, o de que o desconto prévio dos custos pode dar margem a fraudes e corrupção. Custo, a gente sabe, qualquer um põe onde quer... Essas são as razões pelas quais o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, propõe aprovação de lei que revogue a exigência de regime de partilha para o pré-sal.

MME / ASCOM .